



EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos o Editorial do ano de 2024 da Revista REDES, referente ao período de janeiro-dezembro de 2024. A Revista REDES (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, foi criada em 1996 e, desde então, publicada de forma regular e ininterrupta. A partir de 2007, passou a ter sua editoração em formato eletrônico, estando hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT.

A presente edição da revista REDES traz um conjunto de artigos em fluxo contínuo e três dossiês: o primeiro, intitulado “MERCADOS ALIMENTARES DIGITAIS NO BRASIL: dinâmicas, inovações e desafios da comercialização na agricultura familiar”; o segundo “ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA FACE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA” e, por fim, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – 30 ANOS.

O primeiro artigo da edição tem por título “**Análise das relações sociais e decisórias na piscicultura brasileira: estudo realizado no International Fish Congress em 2021**”, de autoria de Ijean Gomes Riedo, Humberto Rodrigues Francisco, Aldi Feiden objetiva compreender as relações sociais presentes na piscicultura brasileira. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico as teorias da Tríplice Hélice e do Comportamento Planejado. A contribuição gerencial do estudo, foi a identificação de métodos fundamentais para construção de informações ágeis, plurais e consensuadas. A contribuição social consistiu na sinergia e democratização solutiva para problemas relacionados ao setor. A contribuição teórica é o cruzamento da teoria Tríplice Hélice com a teoria do Comportamento Planejado. Os principais resultados revelaram a existência da relação entre a indústria, universidade e governo, o que permite a transferência de tecnologias, a elaboração de políticas normativas e de fomento efetivas e instiga a resoluções de necessidades de mercado e sustentabilidade ambiental.

No artigo “**Análise espacial do número de casos de mortalidade da Covid-19: Uma visão regional e econômica na região geográfica intermediária de Cascavel-Paraná**”, os autores Elizabeth Giron Cima, Miguel Angel Uribe-Opazo, Marcos Roberto Bombacini, Weimar Freire da Rocha Junior, Gustavo Henrique Dalposso apresentam uma análise de correlação espacial da contagem de ocorrência de mortalidade por Covid-19 relacionada às variáveis socioeconômicas: indicador de concentração da renda de Gini, indicador de Desenvolvimento Humano Municipal e o número de empregos formais, na Região Geográfica Intermediária de Cascavel-Paraná Brasil, durante o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021. Os resultados mostraram que o número de óbitos causados pela Covid-19 apresentou características similares nos dois anos estudados. Essa informação mostra a importância da análise espacial de dados de áreas, sendo que a necessidade de implementação de políticas públicas oportuniza a melhor alocação de recursos favorecendo a minimização dos impactos gerados pela epidemia, favorecendo dessa forma a prevenção de futuras ocorrências, na região geográfica imediata dos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Cascavel e Foz do Iguaçu. Esse resultado reflete diretamente nos impactos do sistema econômico dos municípios que compõem a região geográfica intermediária de Cascavel-Paraná.

Os autores Daniela Oliveira e Cassio Alexandre Bariviera, no artigo “O Rural nos instrumentos de planejamento territorial: o caso dos municípios do COREDE Norte do RS” propõem-se a investigar se e como o rural tem sido tratado pelos instrumentos de planejamento territorial dos 32 municípios do Corede Norte-RS. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental nos instrumentos de planejamento e leis orgânicas dos municípios em análise (obtidos em sítios digitais das prefeituras municipais e em repositórios de legislações disponíveis na internet). Observou-se a predominância de instrumentos básicos da política urbana em praticamente todos os municípios analisados, os quais, além de perpetuarem noções exclusivamente urbanas para o planejamento, e exclusivamente agrícolas para o espaço rural, relegam o espaço rural a outras normativas federais, por vezes, orientadas por instituições diversas (Incrá, Conama, Código Tributário, etc.) e que não chegam na escala local do planejamento. Nos casos onde o rural foi incluído pelos instrumentos de planejamento dos municípios, estes seguem atrelando-o a ótica de oposição à cidade e atribuindo-lhe apenas uma destinação agro-silvo-pastoril.

O artigo “**Delineamento do espaço social da agricultura familiar no meio rural tocantinense**” de Renata Rauta Petarly e Antônio José Pedroso Neto tratam de identificar e de objetivar os meios de vida específicos de famílias de agricultores familiares e os habitus correlatos, com a proposta de

delinear o seu espaço social. Foi pesquisado o espaço social da agricultura familiar de um município tocaninense: Wanderlândia. O levantamento de dados se deu a partir de questionários com 41 famílias. A base conceitual é a noção de meios de vida e as noções de espaço social e habitus. Os dados foram analisados via Análise de Correspondências Múltiplas. Os resultados apontaram para a existência típica de três meios de vida e habitus correlatos: um rural mais tradicional; um mais flexionado pelo mundo urbano, escolar e pelas relações formais com o estado; e um mais flexionado pelo mundo urbano, comercial, financeiro e pelas relações com o estado.

Gibran da Silva Teixeira, Gabriela Drevnovicz Silveira e Vinícius Halmenschlager, no artigo **“Mais investimento melhora o desempenho da educação? Uma análise para os municípios gaúchos”** objetivam avaliar a relação entre os gastos alocados em educação e índices educacionais em nível municipal no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2015. Nessa perspectiva, busca-se analisar a relação do gasto com métricas específicas de infraestrutura da educação e de qualidade educacional no município. A partir dos resultados estimados foi possível identificar uma relação estatisticamente positiva entre a proporção de gastos em educação e melhores índices educacionais, medido através do índice IFDMEducação. Além disso, se verifica que o gasto está positivamente relacionado com a infraestrutura educacional e não apresenta relação estatisticamente significativa com a qualidade da educação no município, medidos através de indicadores do IDESE.

No artigo **“Desigualdades regionais na Alemanha: evolução e fatores associados ao processo de convergência”**, Luiz Ricardo Cavalcante descreve a evolução das desigualdades regionais na Alemanha e discute-se, com base em documentos oficiais e em artigos acadêmicos, os fatores associados ao processo de convergência observado ao longo dos últimos trinta anos. Os documentos analisados indicam que, nesse período: i) houve um processo de convergência entre as regiões correspondentes às antigas Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental; ii) ainda persistem desigualdades regionais na Alemanha; e iii) o processo de convergência, embora contínuo ao longo de todo o intervalo, foi mais acelerado nos primeiros anos após a reunificação. Em um primeiro momento, a eliminação de barreiras aos fluxos de capital e de pessoas e os subsídios aos investimentos na antiga Alemanha Oriental motivaram uma acentuada redução das desigualdades. A partir de então, políticas de abrangência nacional com impactos regionais assimétricos e políticas regionais explícitas contribuíram para a redução das desigualdades regionais. Argumenta-se que alguns elementos observados na Alemanha podem servir de referência para o Brasil, onde os níveis de desigualdades regionais são elevados e resilientes há muitas décadas.

João José Passini, Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Flavio de Matos Rocha e Ana Cecília Kreterno artigo **“Evolução da Agroindústria Rural Familiar no Brasil: um olhar para a dimensão econômica”** analisam a evolução da agroindústria rural familiar no Brasil entre 2006 e 2017, e, principalmente, do ponto de vista econômico. Foi calculado a contribuição da renda monetária média da agroindústria rural a partir dos dados Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Os resultados mostraram grande queda do número de agroindústrias rurais entre os censos 1995/96 e 2006, seguido de pequena queda entre os censos de 2006 e 2017. Este comportamento foi liderado pela produção da farinha de mandioca e de queijo e requeijão, cuja produção em parte contraiu em razão, respectivamente, da queda no consumo e das regulamentações mais rigorosas. Em 2017 a contribuição média da renda monetária dos produtos transformados foi maior do que várias atividades agrícolas. As políticas públicas são fundamentais para a promoção da agroindústria rural. Conclui-se o processamento de alimentos no Brasil nas agroindústrias rurais familiares é uma importante estratégia de promover o aumento e estabilização da renda do agricultor familiar.

No artigo **“A dimensão social da sustentabilidade na vitivinicultura: estudo de caso dos trabalhadores temporários na Serra do Sudeste/RS”**, Hernanda Tonini, Soeni Bellé e Shana Sabbado Flores analisaram o perfil socioeconômico dos trabalhadores temporários que atuam nos vinhedos da empresa em Encruzilhada do Sul, e suas percepções acerca do trabalho/empresa. Entre os resultados, destaca-se a predominância de mulheres, de trabalhadores com baixa escolaridade e chefes de família, com renda média mensal de até um salário mínimo. A maioria dos trabalhadores residem no próprio município e relatam a falta de oportunidades de trabalho formal na região, visto que apenas 7,8% dos respondentes exercem outras atividades com carteira assinada ao longo do ano. Na percepção da maioria dos participantes, o trabalho na safra por meio de contratação formal direta gera uma oportunidade de renda e experiência, sendo que a implantação do vinhedo pela empresa é vista de forma positiva para o desenvolvimento da região.

As autoras, Márcia Ivana Falcão e Potira Viegas Preiss, no artigo intitulado **“Da contradição à dialética: a crise hipotecária da Espanha e a Plataforma de Afetados Pelas Hipotecas”** analisam as práticas do movimento social Plataforma de Afetados pelas Hipotecas e sua incidência no contexto da crise da moradia na Espanha, explicitada e agravada com a crise das hipotecas de 2008. A análise volta-se às práticas sistemáticas e intencionalmente acionadas pelo movimento nas dimensões da formação de força social, incidência na comunicação de narrativa explicativa sobre a crise das hipotecas e da moradia, bem como a incidência na formação da agenda política institucional. A pesquisa, de caráter qualitativo, deu-se através de revisão de literatura, coleta de dados com observação participante em campo e realização de entrevistas. As evidências demonstram que a PAH vem afirmando-se como um novo ator político, sustentando o conflito com atores de mercado e do Estado, incidindo na narrativa dos meios de comunicação sobre a problemática da moradia e pautando a agenda política na defesa da moradia como direito, na perspectiva política do Direito à Cidade.

O artigo **“Sucessão dos filhos em propriedades rurais sob a perspectiva dos estilos parentais”**, de Rosani Marisa Spanevello, Mariele Boscardin, Adriano Lago e Vitória Benedetti de Toledo objetiva demonstrar a associação entre as características familiares e a concretização dos processos sucessórios nas propriedades rurais, com base na abordagem dos estilos parentais. Trata-se de um estudo realizado na região Noroeste e Centro Oriental do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. De modo geral, os resultados demonstram que, a relação entre pais e filhos, sobretudo a forma como se estabelecem nas propriedades o trabalho, a gestão, a renda e o incentivo, são fundamentais no processo sucessório. Tais relações influenciam na preparação do sucessor ou potencial sucessor para assumir a propriedade rural, bem como sua permanência ou não. Os resultados apontam ainda para a presença majoritária de características que contemplam o estilo parental autoritativo, as quais, além de incentivar os filhos a permanecer no meio rural na condição de sucessores, possibilitam a participação ativa na propriedade rural, comparativamente as características do estilo parental autoritário.

Os autores, Marcelo Fernandes Pacheco Dias e Camila Cabrera Gomes, no artigo **“Trajetória Sociotécnica da Vitivinicultura do Pampa Gaúcho: análise da necessidade dos fatores multiníveis”** objetivam identificar quais destes fatores foram os que mais contribuíram ao longo da trajetória sociotécnica dos vinhos do Pampa Gaúcho. Para isto, realizou-se um conjunto de dez entrevistas com experts e o exame de documentos através da análise de necessidade proposta pelo Método de Análise Qualitativa Comparativa – QCA. Foi possível identificar treze fatores necessários ao longo da trajetória. Entretanto, há especificidades da necessidade dos níveis e fatores ao longo do processo de transição. A complexidade cresceu na última fase de evolução. Nesta fase, os fatores do nicho foram necessários, inclusive a formação de redes e atividades de gestão do nicho com vistas à identificação e ao aproveitamento de oportunidades e alinhamento dos esforços de aprimoramento do nicho. Estes resultados nos permitem concluir que os três níveis da trajetória sociotécnica (Paisagem, regime e nicho) são necessários no processo de evolução, indicando que não há um no qual sempre seja decisivo.

No artigo, **“A pesquisa na UFFS Campus Cerro Largo e as interfaces com o desenvolvimento regional”**, Edegar Rotta e Rafael Rodrigo Wolfart Treib tratam relação entre Universidade e desenvolvimento regional, com foco nos projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo. O artigo objetiva identificar contribuições realizadas pelos projetos de pesquisa institucionalizados na UFFS, em seus primeiros dez anos de funcionamento (2010 a 2019), no sentido da reflexão e da produção de conhecimentos sobre os desafios enfrentados pelas regiões Missões e Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados demonstram que a Universidade se destaca enquanto instituição que auxilia e estimula o desenvolvimento regional, a partir das pesquisas realizadas, pois seus objetos de pesquisa estão interligados às prioridades demandadas pelas regiões. As publicações de artigos científicos, capítulos e livros, além da participação com apresentação dos resultados em eventos regionais, nacionais e internacionais, contribuem para a publicização dos resultados das pesquisas e a produção do conhecimento, de forma especial, sobre os desafios enfrentados pelas regiões analisadas.

Alvaro Luiz Neuenfeld Júnior e Andressa Rocha Lhamby, no artigo **“Impulsionando o desenvolvimento regional: uma análise do processo de tomada de decisão e inovação em agroindústrias orizícolas”** propõem estratégias integradas para o aperfeiçoamento da tomada de decisão gerencial nas agroindústrias do setor orizícola. O estudo explorou fatores-chave, como produtividade e aspectos infraestruturais, financeiros e socioeconômicos. Com uma abordagem

metodológica quali-quantitativa, o estudo combina uma revisão de literatura, visitas de benchmarking a três agroindústrias orizícolas de diferentes portes e aplicação de um instrumento que utilizou a escala Likert para identificar práticas e desafios operacionais. Os resultados indicam uma correlação significativa entre esses fatores e a eficácia no processo de tomada de decisão, destacando a importância da gestão estratégica para a inovação e o desenvolvimento no setor. Além disso, sugerem a necessidade de abordagens de tomada de decisão eficientes e alinhadas com as demandas do mercado, destacando caminhos para a sustentabilidade e o crescimento econômico no contexto do setor orizícola, o que facilita a promoção do desenvolvimento regional.

No artigo **“Perspectiva do novo paradigma do desenvolvimento territorial sustentável e inovador”**, Tatiani Sobrinho Del Bianco, Camilo Freddy Mendoza Morejon e Ricardo Rippel buscam explicitar os aspectos evolutivos relacionados com os fundamentos, conceitos e paradigmas ligados a teoria do desenvolvimento territorial. A estrutura resultante deste estudo contemplou a análise do desenvolvimento territorial no contexto evolucionário das características da humanidade, desde seu surgimento no período pré-histórico, efeitos econômicos, sociais e ambientais oriundos da revolução industrial, até o surgimento do tema sustentabilidade, criatividade e inovação. Os resultados, além da síntese da evolução histórica no contexto do desenvolvimento territorial demonstram a atualização de conceitos, fundamentos e a proposição de novos paradigmas para subsidiar o planejamento estratégico focado no desenvolvimento econômico, sustentável, criativo e inovador dos diversos territórios.

Os autores José Tobias Marks Machado e Paulo Dabdab Waquil, no artigo **“Vulnerabilidades e Intituleamentos na Pecuária Leiteira do Rio Grande Do Sul, Brasil”** estudam as vulnerabilidades que perpassam o desenvolvimento dessa atividade. Utilizando um referencial teórico metodológico baseado na compreensão seniana de intituleamentos e em uma perspectiva sistêmica de análise da vulnerabilidade de 29 municípios gaúchos. Como resultado, nota-se que a mão de obra se apresenta como intituleamento fundamental, em que a disponibilidade de trabalhadores para o desenvolvimento da produção, a existência de sucessor no estabelecimento e a disponibilidade de tempo para atividades de lazer, são indicadores de vulnerabilidade frequentemente citados pelos produtores. Em mesmo sentido, a disponibilidade de terra para a produção se destaca como intituleamento importante para o enfrentamento das vulnerabilidades. Já o preço recebido pelo produto, as variações no preço recebido e as recorrentes estiagens, são fontes de vulnerabilidade reconhecidas por ao menos 84% dos entrevistados. Por fim, a concorrência por área exercida pela produção de soja, que impacta sobre os preços das terras é atribuída como uma fonte de vulnerabilidade por mais da metade dos pecuaristas.

Pery Francisco Assis Shikida, Leandro José de Oliveira, Sandra Mara Pereira D'Arisbo e Valdir Antonio Galante, no artigo **“Aglomerações Produtivas do setor canavieiro no mercado de trabalho formal: uma análise por microrregiões brasileiras (2019 a 2021)”** analisam o potencial da geração de emprego formal no cultivo de cana-de-açúcar nas microrregiões dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás (2019 a 2021). O Índice de Concentração Normalizado (ICN) foi estimado a partir do Quociente Locacional, do índice Hirschman-Herfindahl e do índice de Participação Relativa. Os dados mostram que em 2019, das 156 microrregiões pesquisadas, 38 apresentaram adensamento mínimo, representando 84,58% dos vínculos no setor canavieiro. Desse total, 34 microrregiões foram caracterizadas como sendo especializadas (ICN>1). Em 2020, 38 microrregiões indicaram adensamento mínimo, representando 83,94% dos vínculos alocados no setor, e dessas, 34 apresentaram índice acima de um, sendo consideradas especializadas no emprego de mão de obra para o cultivo de cana-de-açúcar. De forma análoga aos anos anteriores, 38 microrregiões apresentaram adensamento mínimo em 2021, o que representou 84% dos vínculos alocados no setor, sendo que dessas microrregiões 34 foram consideradas especializadas, com índice acima de uma unidade. As microrregiões com maior aglomeração especializada no emprego de mão de obra formal do setor canavieiro se encontram no Estado de São Paulo.

No artigo **“Avaliação da Sustentabilidade na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVPLN”**, os autores Monica Franchi Carniello, Moacir José dos Santos e Nelson Marcos Calderaro da Silva, objetivam avaliar a sustentabilidade da RMVPLN, por meio da aplicação da ferramenta Barômetro da Sustentabilidade (BS) em duas fases distintas, antes e depois da criação da região metropolitana por lei. Foi possível demonstrar que os municípios da RMVPLN são heterogêneos quanto às suas características e, como região, não atendem plenamente aos requisitos de formação das regiões metropolitanas. Quanto à sustentabilidade da região, embora tenha avançado um pouco,

ainda se encontra na escala de quase insustentabilidade. Conclui-se que, na primeira década de metropolização, não houve avanços significativos no consolidado dos índices do bem-estar do ecossistema e no bem-estar humano na perspectiva regional. Quando analisados individualmente, os municípios apresentam resultados distintos quanto à sustentabilidade.

“Regionalização da saúde e o Triângulo de Governo: reflexões a partir da perspectiva dos gestores municipais de saúde” é o artigo de Priscila Farfan Barroso, André Luis Alves de Quevedo, Arthur Chioro e Cristian Fabiano Guimarães. Neste artigo, os autores tratam da percepção de gestores municipais de saúde sobre o processo de regionalização da saúde no Estado do Rio Grande do Sul. No projeto de governo sobre a regionalização da saúde, os meios e objetivos identificados foram o Pacto pela Saúde, financiamento, solidariedade, acesso, consórcios de saúde, modelos de oferta e contratualização das ações e serviços de saúde. Na capacidade de governo nas Redes de Atenção à Saúde e as instâncias de pactuação, as formas de conduzir, manobrar e superar que emergiram da análise foram a Comissão Intergestores Regional, a descentralização dos serviços de saúde e a intersetorialidade. Quanto à governabilidade e a governança, os entrevistados identificaram o gestor não ter tempo e/ou não priorizar os processos de planejamento e gestão, gestores como figuras políticas e sem preparação, o corpo técnico sem formação específica, os vazios assistenciais e a fixação de profissionais. Os resultados do presente estudo apontam pistas sobre caminhos possíveis a serem trilhados na temática da gestão e da regionalização da saúde.

O artigo **“O avanço do discurso da agricultura única e a urgência de ressignificação da agricultura familiar no Brasil”**, de Elizário Toledo, Valdecir José Zonin e Darlan Christiano Kroth objetiva analisar o avanço discursivo da “agricultura única” no Brasil, representada, grosso modo, pelo agronegócio e pelo recuo da projeção socioprodutiva da “agricultura familiar”. Compreende-se que essa narrativa prevalente tem como possíveis causas a fragilidade de investimentos teóricos, políticos e sociais do segmento da agricultura familiar, muito vinculada à definição e aos critérios restritivos presentes nos normativos do crédito rural e na Lei n. 11.326/2006. Durante esta pesquisa, foi possível sustentar a ideia de agricultura única, que vem sendo alimentada, em grande parte, pelo gradiente econômico que concentra o Valor Bruto da Produção (VBP), pelas campanhas publicitárias do agronegócio veiculadas pela mídia e pelo influente bloco de poder político no Congresso Nacional, representado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) vis-à-vis à periférica bancada da agricultura familiar. Esses fatores, alinhados ao cenário político do período 2016-2022 e, involuntariamente, à perda de mobilização social e política das organizações sociais e do sindicalismo da agricultura familiar, contribuíram para a fragilização das políticas de apoio à agricultura familiar e para a opção de fortalecimento do agronegócio.

Alessandra Matte, Gabriel dos Santos Ceretta, Gabriela Litre, Carlos Frederico Alves de Vasconcelos Neto, no artigo **“Mudanças alimentares no consumo de proteína animal durante a pandemia de Covid-19 na Região Sul- Brasil”** buscam descrever as características do consumo de proteínas de origem animal durante a vigência da pandemia de Covid-19 na Região Sul do Brasil. Os resultados mostram que o confinamento causado pela pandemia influenciou os hábitos alimentares com relação ao consumo de proteínas de origem animal. A principal mudança observada está no aumento do consumo de carnes de aves e de ovos, em detrimento a uma redução no consumo da carne bovina. Concluíram que a ingestão de proteína não mudou em quantidade, mas sim no tipo de proteína ingerida.

O artigo, intitulado **“Gestão dos Colegiados e Governança: ação coletiva e transição do Colegiado nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN)”**, de Emanuel Márcio Nunes, Márcia Regina Farias da Silva, Vinícius Claudino de Sá e Maria de Fátima Rocha Gondim estuda a contribuição da Gestão dos Colegiados territoriais, considerando a governança e a importância da ação coletiva em processos de dinamização e transição para a sustentabilidade dos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. Conclui-se, que é imprescindível pensar numa gestão do colegiado que fortaleça a tomada de decisão, com a finalidade da transição dos colegiados para a sustentabilidade. E é justamente o que vem a se constituir um dos grandes desafios, no sentido de melhorar as estruturas de governança (sociedade civil e governos municipal, estadual e federal), para a efetivação de estratégias de inclusão que venham a integrar a agricultura familiar organizada à agroindústria familiar e a construir e ampliar mercados locais e regionais.

Os autores Nelson José Thesing, Tiago Rodrigo Lutzer Tizotte, Darlan Ariel Prochno e Cleiton Jardel Carneiro, no artigo **“Avaliação da eficiência na previsão de impostos municipais (IPTU e ISS): o caso dos municípios da Região Funcional 7 dos COREDES no Rio Grande do Sul”** analisam a eficiência

do processo de orçamentação da receita pública, sobretudo as receitas do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, na região Funcional de Planejamento 7, constituída pelos Coredes Missões, Noroeste Colonial, Celeiro e Fronteira Noroeste. Identificou-se, pelo teste da Análise de Variância, que as margens de acerto médias entre os municípios de cada um dos grupos são estatisticamente diferentes, além disso, através da análise de cluster, os municípios com margens de acerto médias homogêneas foram agrupados, independentemente de seu quantitativo populacional. Os resultados do estudo indicam que existe um baixo nível de eficiência no processo de orçamentação das receitas para a maioria dos municípios independente de sua estratificação, o que pode trazer um desempenho negativo para a gestão, pela falta de racionalidade no estabelecimento das prioridades governamentais, com a assunção de compromissos, sem a respectiva disponibilidade financeira, desequilíbrio nas contas públicas e a baixa qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

No artigo **“Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise da distribuição regional dos recursos no Noroeste do Rio Grande do Sul”**, Iara Denise Endruweit Battisti, Darlan Nei Writzl e Edeimar Rotta identificam os fatores que influenciam a distribuição de recursos do Pronaf em municípios que integram uma das nove Regiões Funcionais de Planejamento do Rio Grande do Sul (RS), a RF7, composta pelos COREDES Celeiro, Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste e Missões. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa com alcance correlacional. Os resultados demonstram que há uma correlação direta dos recursos acessados por meio do Pronaf nos municípios da RF7 com a quantidade de commodities (soja, milho e trigo) produzidas pela agricultura familiar, o número de tratores per capita e o percentual de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos. Há correlação indireta entre o percentual de estabelecimentos classificados como Pronaf B (menor renda) e o percentual de estabelecimentos dirigidos por mulheres. Além disso, não foi verificada relação com o percentual de estabelecimentos dirigidos por pessoas com menos de 25 anos. Espera-se que, com este estudo, os formuladores de políticas públicas consigam detectar algumas fragilidades do Pronaf e aplicar melhorias para atender à heterogeneidade da agricultura familiar.

“Do campo à mesa: Um estudo exploratório da percepção do agricultor familiar sobre os impactos do cultivo, comércio e das práticas de consumo de alimentos agroecológicos”, este artigo de Fábio Francisco de Araujo, Diogo Lannes, Rayanne Azevedo Pinto, Andrezza Ferreira De Almeida, Izabel Cristina Oliveira Da Silva Joia e Sílvia Regina Magalhães Couto Garcia objetiva investigar os significados atribuídos pelos agricultores familiares da Feira Popular da Agricultura Familiar (FPAF) de Duque de Caxias aos alimentos agroecológicos e orgânicos cultivados, bem como à importância de sua atividade e a expectativa de estimular o consumo da população do município, contribuindo para sua segurança alimentar. O estudo mostra que os agricultores familiares atribuem grande valor a seu trabalho e ao espaço da FPAF devido à forma como comunicam sua identidade social. Além, reconhecem a importância da alimentação natural em suas vidas e na dos consumidores. Tal fato sugere que a marginalização da classe seja resultado da falta de suporte do governo e de visibilidade para o público, já que os produtores apresentam percepção avançada do seu papel como potencial agente transformador dos hábitos alimentares e de aproximação do consumidor com a cadeia de alimentos.

DOSSIÊ MERCADOS ALIMENTARES DIGITAIS NO BRASIL: dinâmicas, inovações e desafios da comercialização na agricultura familiar

Editores do Dossiê: Marcio Gazolla/UTFPR, Gianluca Brunori/UNIPI, Cidonea Machado Deponti/UNISC e Cynthia Xavier de Carvalho/UFPE

O que são e o que tem originado os mercados alimentares digitais?

Os mercados alimentares digitais são novas formas de comercializar os produtos e os alimentos, tanto do lado da oferta (agricultores) como do lado da demanda (dos consumidores e compradores). Os mercados alimentares envolvem novas formas sociotécnicas de interação social, em que as Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) e as diferentes formas tecnológicas de vendê-los tornam-se realidade, por exemplo, a partir de sites, plataformas, aplicativos de mensagens e até mesmo as redes sociais. Com o seu surgimento, as formas socioespaciais de interação social e econômicas dos atores nos territórios e regiões que estavam na base dos processos de construção

dos mercados são modificadas e, as novas formas sociotécnicas, passar a hibridizarem-se com as anteriores. Antes, a presença física e a interação social aproximada eram os grandes atributos dos mercados alimentares; agora, estes, mixam-se com as formas sociotécnicas de interação social e de construção de interfaces a partir das tecnologias digitais (Gazolla, Tonin e Iale, 2024; neste dossiê).

Mas, os mercados alimentares digitais são novo(s) mercado(s)? A resposta é não. São novos e criativos canais de comercialização que se utilizam das TICs e dos processos de digitalização em curso em vários setores e atividades para potencializar a comercialização de alimentos e produtos dos agricultores, fazendo-os chegarem até seus compradores e consumidores. O que se chama de mercados alimentares digitais são canais de comercialização, empiricamente falando, que podem ser classificados dentro das tipologias já pré-existentes de mercados alimentares mais gerais, como a de Cassol, Daggerone e Schneider (2024) neste dossiê. Assim, os novos canais digitais são os que se utilizam das TICs e da digitalização para colocarem nos mercados, especialmente os de proximidade social e territoriais, os seus alimentos e produtos.

Contudo, uma coisa permanece imutável: a ideia de que os mercados alimentares, sejam em suas formas físicas e/ou digitais, continuam sendo definidos contemporaneamente pela noção de construção social dos mercados, de origem clássica de Polanyi (1976) e de outros autores. O que se quer dizer, é que os mercados alimentares, em suas diferentes formas que funcionam, estruturam-se e comercializam os produtos e os alimentos, continuam a ser compreendidos como formas sociais de trocas institucionalizadas, históricas e determinadas de transação mercantil, em que os atributos sociais ainda são prevalentes em seus processos de origem e reprodução ao longo do tempo e dos espaços sociais. Assim, atributos como confiança, interações continuadas, valores sociais, relações de poder, assimetrias entre atores, controle de informações, disputas, manejo de diferentes recursos, entre outros, continuam sendo a base para a compreensão e construção social dos mercados alimentares físicos e/ou digitais.

No caso dos mercados alimentares digitais, sua origem e ocorrência está baseada em alguns processos sociais. O primeiro deles é o que a literatura tem chamado de um prolongamento dos mercados físicos, em que o uso das tecnologias digitais permitiu maior abrangência territorial e de consumidores e de vendas. Os mercados digitais, beneficiaram-se da existência e da reputação já consolidada dos mercados físicos e inovaram em utilizar os processos de digitalização e as TICs para se alavancarem-se, hibridizando-se em termos de formas de construção social dos mercados, em que as presenciais ou físicas convivem e interagem com as sociotécnicas (Gazolla; Aquino, 2022; Niederle; Schneider; Cassol, 2021).

Um segundo aspecto determinante foi a crise sanitária da Covid-19, que obrigou as pessoas se distanciarem socialmente e que muitas das transações fossem realizadas por meios digitais. No caso dos mercados alimentares, vários estudos neste período da crise sanitária demonstram que os agricultores, mas também os consumidores se utilizaram da digitalização para suas compras e vendas de produtos, como forma de manter o distanciamento sócio-espacial e os cuidados necessários com a saúde. Neste sentido, a pandemia do Coronavírus acelerou negócios, plataformas e transações econômicas de produtos e alimentos em várias partes do mundo e no Brasil não foi diferente como investigações têm destacado (Gazolla; Aquino; Gaievski, 2023; Preiss et al, 2021; Reardon; Swinnen, 2020).

A terceira e quarta motivações do avanço dos mercados digitais, está associada a dois aspectos que Brunori (2024; neste dossiê) explica: a existência de uma 'transição gêmea' nos sistemas alimentares, envolvendo o avanço da ideia da sustentabilidade e das tecnologias digitais. Segundo o autor, com as crescentes mudanças climáticas que têm se evidenciado por vários eventos no mundo todo, ocorre um fortalecimento da ideia e da busca da sustentabilidade nos sistemas alimentares e, conseqüentemente, nos seus mercados, que são um dos elos formadores dos mesmos. Exemplo disso é que investigações no Brasil sobre mercados alimentares digitais evidenciam que mais da metade dos alimentos e bebidas comercializados são orgânicos, agroecológicos, artesanais e agroindustrializados ecológicos. Este achado de pesquisa, também tem várias ligações e interfaces com o Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), já que diversos ODS versam sobre fome, consumo saudável, agricultura, comunidades e cidades sustentáveis, entre outros (Gazolla; Aquino, 2022; Niederle; Schneider; Cassol, 2021).

Em outra frente, conforme descrita por Brunori (2024, neste dossiê) estaria o próprio processo de digitalização que vem sendo aprofundado em várias atividades econômicas, sociais, ambientais e produtivas e também junto aos sistemas alimentares, gerando transições tecnológicas em variados

sentidos e frentes. Uma destas transições é a onda crescente tecnológica e digital que se desenvolve nos sistemas alimentares e que possui rebatimentos em termos de uso e penetração nos canais de comercialização e mercados construídos socialmente para as transações dos alimentos, que se utilizam cada vez mais de diversas ferramentas digitais para vender seus produtos, tanto do ponto de vista das grandes *marketplaces* e do varejo, mas também do lado dos agricultores familiares e das suas organizações sociais.

Como quinto elemento que estaria potencializando os mercados digitais pode-se arrolar o consumo político. Cada vez mais os consumidores e compradores de alimentos são mais críticos e reflexivos em suas escolhas e passam a preferir adquirir seus alimentos e gastar seus recursos com os agricultores e suas organizações sociais, como, por exemplo, cooperativas, grupos de consumo, feiras, Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), entre outros e, buscam por alimentos mais frescos, saudáveis, sustentáveis, artesanais, da agricultura integrada e ecológicos. Muito destes consumidores devido a praticidade, comodidade e vida moderna acelerada, fazem parte de suas compras por meios digitais e recebem seus alimentos no conforto dos seus lares e locais de residência. Embora, obviamente, não descartem as compras físicas e presenciais, mas, as digitais entraram no seu modo de vida e das famílias, principalmente durante e pós a pandemia de Covid-19 (Portilho, 2020; Preiss, 2024, neste dossiê).

Enquanto sexto elemento parece que as organizações sociais e de representação política dos agricultores, especialmente dos familiares, têm assumido papel crucial de implementar soluções tecnológicas digitais para as variadas necessidades do seu público, incluindo a construção de plataformas colaborativas para escoamento da produção alimentar das famílias assistidas e representadas politicamente (Ploeg; Ye; Schneider, 2022). Pesquisas recentes, têm evidenciado que os processos comerciais digitais de agricultores familiares só têm ocorrido devido a iniciativa proativa de associações, cooperativas ou centrais de cooperativas que têm implementado plataformas e logística dos produtos de forma colaborativa, baixando custos de transação, operação e manutenção das soluções tecnológicas e do transporte dos alimentos (Belik, 2020; Gazolla; Aquino, 2022).

Isso tem acontecido, devido a um contexto em que o Estado brasileiro não tem se preocupado e desenhado políticas públicas para o apoio a digitalização nos espaços rurais. Prova disso, são os dados de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como o último Censo Agropecuário e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que evidenciam que os agricultores ainda não possuem cobertura de internet nos espaços rurais, especialmente os mais pobres e vulneráveis (Gazolla; Aquino, 2024). A constatação empírica e social é que os atores e movimentos sociais da agricultura familiar estão dando-se conta de que este novo *front* do desenvolvimento da digitalização é estratégico para o fortalecimento futuro do seu público e, estão potencializando-o proativamente, como no caso da construção de plataformas coletivas para vendas dos seus produtos e alimentos; já que parece que esperar a ação do Estado não é uma estratégia viável, dada a imobilidade política dos atores estatais neste tema.

Por fim, é importante mencionar que este dossiê e os textos que estão nele contidos, em sua grande maioria, são parte dos resultados de atividades de pesquisas previstas no projeto: “Mercados alimentares digitais no Brasil: dinâmicas, inovações e desafios da comercialização na agricultura familiar” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), através da Chamada 40/2022 (Processo nº 409231/2022-3), no qual, na próxima seção, apresenta-se a estrutura do dossiê, os textos que o compõe e o elenco de pesquisadores que os assinam.

O Dossiê está dividido em duas partes. A parte 1 é teórica e a parte 2 é de estudos de caso.

Parte I: Teórica: Digitalização, agricultura familiar e mercados alimentares.

O autor **Gianluca Brunori**, no artigo “A agricultura e as zonas rurais face à “dupla transição”: princípios para uma digitalização rural sustentável” procurou abordar algumas das principais questões relacionadas com a digitalização na agricultura e nas zonas rurais. Em consonância com o Pacto Ecológico, o documento propõe um quadro sobre a forma de abordar a “dupla transição” (ecológica+digital) através de políticas transformadoras baseadas na direccionalidade, na integração do mercado e na reflexividade. O quadro baseia-se numa visão da digitalização como um processo sociotécnico, o que implica ter em conta as implicações sociais de qualquer desenvolvimento tecnológico e centrar as políticas de inovação numa definição clara dos problemas a resolver. O artigo

propõe o conceito de sistema sócio-ciber-físico como paradigma para as estratégias políticas e para a inovação e discute as suas implicações para estratégias de digitalização sustentáveis no domínio da agricultura e das zonas rurais.

No artigo intitulado “**As condições territoriais de participação da agricultura familiar na economia digital**”, os autores **Arilson da Silva Favareto, Jonas Vitor Tolocka e Ana Silvia Andreu da Fonseca** analisam as condições territoriais para a participação da agricultura familiar na economia digital. O objetivo é demonstrar que os principais requisitos necessários para um bom posicionamento no processo de digitalização estão relacionados a fatores de natureza territorial. O que se busca verificar é de que maneira a distribuição desigual de recursos, bens e serviços nos diferentes territórios cria dificuldades para que se concretize o potencial de aproveitamento das oportunidades do processo de digitalização pela agricultura familiar. Os resultados demonstram que há uma sobreposição entre os territórios que possuem menos condições de atender aos requisitos da digitalização e os territórios que concentram a maior parte da agricultura familiar.

Abel Cassol, Zenicléia Angelita Deggerone e Sergio Schneider, no artigo “**Sociologia dos mercados alimentares: revisão e contribuições teóricas e metodológicas**” recentes realizam uma discussão teórica que permita uma melhor compreensão das dimensões sociológicas e metodológicas dos mercados da agricultura familiar. Apoiando-se em uma abordagem institucionalista dos mercados e em uma tipologia dos canais de comercialização, pretendendo evidenciar como a diversificação do acesso aos canais de comercialização pode oportunizar maior autonomia e resiliência aos agricultores e, ao mesmo tempo, criar oportunidades de acesso a alimentos saudáveis para os consumidores.

No artigo, “**O que são os mercados alimentares digitais? Definições em um contexto de desenvolvimento sustentável e incluyente**”, **Marcio Gazolla, Jeferson Tonin e Jhose Iale Camelo da Cunha** apresentam um quadro teórico aproximado do que seriam os novos mercados alimentares digitais, inseridos em um contexto de digitalização e que devem ser compreendidos em um quadro de desenvolvimento sustentável e de inclusão sociotécnica. Como resultados, os mercados alimentares digitais são concebidos e conceitualizados como novos canais de comercialização, que se utilizam de interfaces sociotécnicas para que as transações entre consumidores e agricultores aconteçam, preferencialmente, dentro dos mercados chamados pela literatura de proximidade social e/ou territoriais. Além disso, o texto aponta desafios, resultados de pesquisas já realizadas e algumas inovações que foram encontradas em investigações sobre o tema, ressaltando também o enorme papel que o Estado brasileiro, em vários níveis territoriais, no âmbito do tema da digitalização e dos mercados alimentares.

Parte II: Estudos de cases sobre mercados alimentares digitais.

No artigo estudo de caso, **Adriana María Chaparro Africano**, com o artigo “**Gobernanza en mercados alimentarios digitales. Caso Sembrando Confianza, Colombia**”, busca analisar a governança como uma dinâmica ou processo social do Sembrando Confianza SC, mercado digital agroecológico para Agricultura Camponesa, Familiar e Comunitária, localizado em Bogotá, Colômbia. A Fundação foi criada em 2007 e o mercado digital em 2012 para absorver os excedentes do seu primeiro projeto. A governança é uma das características inovadoras da SC porque é uma heterarquia tímida com características de anarquia e hierarquia, enquanto os mercados alimentares convencionais são maioritariamente anárquicos ou hierárquicos. É também um desafio, porque embora alguns produtores e consumidores se tenham desvinculado, outros querem participar mais activamente. Considera-se importante que a SC estruture um quadro de governação que envolva quem participa, como e para quê, apoiando-se nas Tecnologia da Informação e Comunicação.

Potira Viegas Preiss, Mariele Boscardin, Leticia Andrea Chechi e Juliane Salapata Duarte, no artigo intitulado “**A intermediação positiva e o uso de TICS na construção de sistemas alimentares territorializados: uma análise de experiências**”, as autoras analisam sobre as dinâmicas e desafios enfrentados pela digitalização em mercados territorializados da agricultura familiar, com base nos casos do Trii Ecológico (RS) e o Grupo de Consumo do Recôncavo (BA). Em ambos os casos, o uso de TICS se dá majoritariamente como ferramenta de comunicação e divulgação, havendo baixo índice de escolarização entre as famílias agricultoras e limitações de conhecimento no uso de aplicativos mais complexos. Outro elemento de destaque em ambos os casos é um forte protagonismo das mulheres. Concluem que, seja pela ausência de infraestrutura qualificada, ou falta de habilidades, os intermediadores se tornam facilitadores do acesso a TICS e mediadores das relações entre produção

e consumo. A atuação desses atores, que se denomina uma “intermediação positiva”, é o que permite a manutenção das experiências, expandindo o alcance dos produtos da agricultura familiar e facilitando uma alimentação saudável às consumidoras.

No artigo **“Agroindústria de Pequeno Porte, Mercados Digitais e Sistemas Agroalimentares Regionais: a cadeia produtiva do arroz vermelho no território Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte”, os autores Emanuel Márcio Nunes, Francisco Chagas de Lima Júnior, Samara de Melo Ramalho, Carla Camila Gomes Freitas** analisam a cadeia produtiva da rizicultura no território Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte, com foco na cultura do arroz vermelho. Os autores buscam compreender como esta atividade contribui para a estruturação de um sistema agroalimentar regional, integrando agricultura familiar, agroindústria de pequeno porte e a construção de mercados digitais. O estudo também examina a interface entre inclusão produtiva, cooperativas e políticas públicas. Como metodologia, foi definida como unidade de análise a agroindústria de pequeno porte do arroz vermelho, sendo esta avaliada a partir dos mercados digitais, em especial o operacionalizado pelo Sistema de Informação Regional da Agricultura Familiar (SIRAF). Quanto à coleta dos dados, foi feita uma pesquisa com 364 agricultores familiares em 6 unidades de beneficiamento de arroz vermelho, ou agroindústria de pequeno porte, localizadas nos municípios de Apodi e Felipe Guerra, ambas no território Sertão do Apodi. Concluem que políticas públicas para o meio rural têm estimulado iniciativas de agroindústria de pequeno porte e construção de mercados, trazendo a ideia de produção de novidades na agricultura familiar. Como resultado, foi identificada a estruturação de um sistema agroalimentar regional, a partir da cultura do arroz vermelho, com possibilidades de ampliação da produção de novidades e da construção de mercados alimentares digitais.

Os autores, **Jeferson Tonin, Evandro Pedro Schneider e Paulo André Niederle**, no artigo **“Habilidades sociais no enfrentamento à pandemia nos mercados alimentares territoriais: uma análise a partir do Médio Alto Uruguai e do Litoral Norte do Rio Grande do Sul”** analisam as habilidades sociais mobilizadas no enfrentamento à pandemia da Covid-19 a partir da construção de mercados alimentares territoriais. Em diálogo com a Teoria dos Campos de Ação Estratégica, foram analisadas estratégias de digitalização dos processos de comercialização empreendidas por atores hábeis e suas coalizões políticas em dois territórios do Rio Grande do Sul: Litoral Norte e Médio Alto Uruguai. Os resultados demonstram que, em ambos os territórios, a configuração das estratégias foi influenciada pela capacidade diferenciada de engajamento de outros atores, notadamente das organizações de agricultores familiares e de consumidores; pelas características socioeconômicas específicas de cada território, com destaque para a distância dos centros de consumo; e, de maneira especial, pela ausência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de mercados alimentares territoriais face a um contexto de desmantelamento da estrutura estatal de suporte à agricultura familiar durante o governo Bolsonaro. As conclusões do estudo sugerem que as habilidades sociais das organizações analisadas permitiram a construção de mecanismos de resiliência relevantes durante os momentos mais críticos da pandemia, mas que, face às barreiras institucionais, logísticas e políticas com os quais se depararam, não tiveram condições de produzir mudanças substanciais no sentido da territorialização dos mercados alimentares.

As autoras **Francine Procópio e Milena Demétrio**, no artigo **“Mercados alimentares digitais da Associação dos Produtores de Queijos Artesanais do Sudoeste do Paraná (APROSUD): dinâmicas, desafios e inovações”** analisam os agricultores familiares que utilizam os mercados digitais, tomando por base a iniciativa da Associação dos Produtores de Queijos Artesanais do Sudoeste do Paraná (APROSUD). Os resultados evidenciam que a dinâmica dos mercados físicos é ainda predominante na comercialização, mas que os digitais têm crescido bastante e servem, sobretudo, para atender as demandas e necessidades específicas dos consumidores. Em termos de desafios, parece que a falta de tempo do núcleo familiar para atuar nas ferramentas digitais de comercialização e a logística individualizada de entregas para os consumidores predominam em termos de entraves que os agricultores precisam superar. Já como inovações, o uso do WhatsApp se destaca por ser utilizado por todos os agricultores como meio de comercialização e fidelização, além das redes sociais que permitem ao consumidor conhecer informações da agroindústria e entrar em contato com o agricultor.

REFERÊNCIAS

BELIK, W. Editorial: sustainability and food security after COVID-19: relocalizing food systems? **Agricultural and Food Economics**. 4p., 2020.

BRUNORI, G. Agriculture and rural areas facing the “twin transition”: principles for a sustainable rural digitalisation. **Redes**. 2024. (Neste dossiê).

CASSOL, A. P.; DAGGERONE, Z.; SCHNEIDER, S. Sociologia dos mercados alimentares: revisão e contribuições teóricas e metodológicas recentes. **Redes**. 2024. (neste dossiê).

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvention of family farming markets in Brazil: the novelty of digital marketing sites and platforms in times of COVID-19. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. pp. 1-27, 2022.

GAZOLLA, M., AQUINO, J. R., GAIEVSKI, E. H. Mercados alimentares digitais da agricultura familiar no Brasil: dinâmicas durante e pós pandemia da COVID-19. **Mundo Agrario**. 24 (57), 2023.

GAZOLLA, M., AQUINO, J. R. A dívida digital no campo brasileiro: Uma análise nacional e regional a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V.20, N°1, 2024.

GAZOLLA, M.; TONIN J.; IALE, J. C. C. O que são os mercados alimentares digitais? Definições em um contexto de desenvolvimento sustentável e incluyente. **Redes**. 2024. (neste dossiê).

NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. P (Org.). **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

PLOEG, J. D. VAN DER.; YE, J.; SCHNEIDER, S. Reading markets politically: On the transformativity and relevance of peasant markets. **Journal of Peasant Studies**. 2022.

POLANYI, K. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. (Org.). **Comercio y mercado en los imperios antiguos**. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.

PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político - duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes**. v. 25, n. 2, p. 12- 33, 2020.

PREISS, P. V.; NAVARRO, R. S.; WEBER, J. M.; MELLO, L. L. Abastecimento alimentar e COVID-19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2021.

PREISS, P. V.; BOSCARDIN, M.; CHECHI, L. A.; DUARTE, J. S. A intermediação positiva e o uso de TICS na construção de sistemas alimentares territorializados: uma análise de experiências. **Redes**. 2024. (neste dossiê).

REARDON, T.; SWINNEN, J. **COVID-19** and resilience innovations in food supply chains. Washington D.C.: IFPRI. 2020. Disponível em: < <https://www.ifpri.org/blog/covid-19-and-resilienceinnovations-food-supply-chains>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

DOSSIÊ ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA FACE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Editores do Dossiê: Markus Erwin Brose/UNISC, Luciano Marquette/UFSM e Tainá Teixeira Rocha/UEPA

Entre 10 de abril e 12 de maio de 1941, o lago Guaíba cobriu o centro histórico da cidade de Porto Alegre, bem como as planícies de inundação da região metropolitana. O desastre afetou cerca de 15 mil residências e desabrigou mais de 70 mil pessoas – um quarto da população da capital gaúcha na época. Foi a quarta grande inundação em um período de 15 anos, sendo considerada até pouco tempo a mais devastadora e marcante de todas.

Parte da cidade ficou sem energia elétrica, transporte público ou água potável. Escolas, cinemas e igrejas foram transformados em abrigos temporários, a comunicação foi mantida através dos rádios a pilha. O maior drama da cidade portuária sombreou dramas em menor escala, mas não menos aterrorizantes, nos núcleos urbanos ao longo da bacia do Rio Jacuí e seus afluentes, bem como as cidades localizadas ao sul da Lagoa dos Patos (Torres, 2012). Desde então, Porto Alegre foi separada das águas - fisicamente e na identidade - pelo muro e o sistema de diques construídos para prevenir semelhante calamidade no futuro.

O governo federal organizou uma missão de engenheiros do Departamento Nacional de Obras de Saneamento que apresentou, em setembro de 1941, suas recomendações ao debate público para prevenir semelhante catástrofe:

As soluções gerais, que se devem examinar para resolver o problema dos valores que constituem as bacias hidrográficas interiores resumem-se na execução de barragens nas cabeceiras dos rios, no reflorestamento sistemático das bacias fluviais, na construção de uma vasta rede de reservatórios compensadores e nos diques para áreas de grande rendimento econômico [...] providências imediatas devem ser tomadas para a elevação das estradas de ferro e de rodovias a fim de evitar-se que as grandes cidades permaneçam sem comunicação para o interior (Correio da Manhã, 18/9/41, p. 5).

Podemos tomar esse como um primeiro alerta acerca dos riscos climáticos para a Região Hidrográfica do Guaíba, cujas recomendações acabaram não sendo implementadas. Quatro décadas mais tarde, Mota; Berny e Agendes (1984) projetaram que a vulnerabilidade da economia gaúcha às variações climáticas seria cada vez maior, face ao crescimento populacional e à expansão urbana. Os autores enfatizaram a necessidade de inclusão da variabilidade climática no planejamento econômico. Também Silveira (2020, p. 69) registrou, “a cheia de 1941 foi extrema e rara, mas a curva envelope de Creager dá espaço para consideração de uma cheia ainda mais extrema para Porto Alegre”.

No contexto dos alertas pela ciência, para além de memórias e sentimentos, quais as recomendações de prevenção e gestão de riscos foram implementadas nestes 70 anos? Praticamente nenhuma.

A chamada inicial para este Dossiê Especial da REDES foi publicado ao final de 2023, priorizando artigos que sintetizassem o conhecimento da produção científica acerca da zona costeira, uma das regiões mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas no país. Com o advento do desastre de abril/maio de 2024, a chamada foi ampliada para englobar artigos e ensaios analisando os impactos então em curso, incluindo prorrogação do prazo. A equipe de editores convidados recebeu 31 submissões anônimas, das quais 16 foram consideradas como enquadradas nos objetivos da chamada original e do aditivo. Estes textos que passaram pelo desk review foram encaminhados para a revisão duplo cega, cujos pareceres foram enviados aos autores para correções e tradução.

Podemos sintetizar que o dossiê congrega quatro trabalhos que respondem ao edital inicial, com foco em fenômenos climáticos e sociais no litoral brasileiro, incluindo o Vale do Itajaí/SC, São Vicente/SP, o Litoral Norte/RS e o enfoque da justiça climática. Entre o conhecimento gerado ressaltamos a diversidade de olhares, contando 12 artigos resultantes de pesquisas, cada um priorizando um enfoque diferente. Nos trabalhos que respondem ao aditivo do edital, encontramos estudos que analisam criticamente a (ausência de) capacidade de resposta nas três escalas do Estado: federal, estadual e municipal. Dois trabalhos focam especificamente na capacidade de resposta pela sociedade civil e os espaços de participação.

"Resiliência aos desastres em cidades costeiras: um estudo de vulnerabilidade socioambiental no Vale do Itajaí" expõe a segregação socioespacial no município de Itajaí (SC), onde as populações de baixa renda vivem em áreas de maior risco de inundações e movimentos de massa. O artigo destaca a necessidade urgente de estratégias de gestão que abordem a vulnerabilidade e fortaleçam a resiliência local.

"Planejamento, Futuridades e Inundações: um ensaio a partir do litoral brasileiro" reflete sobre a importância do planejamento urbano em cenários de incerteza climática, sugerindo que estratégias fiscais e políticas de adaptação sustentáveis são essenciais para lidar com os impactos das mudanças climáticas, como as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul.

"O novo regime climático e as dinâmicas migratórias no Litoral Norte do Rio Grande do Sul" explora como eventos extremos, como as enchentes de 2024 impulsionam migrações internas, transformando pequenas cidades litorâneas em polos de acolhimento de refugiados climáticos e ressaltando a importância de preparar a infraestrutura e a gestão para tal realidade.

“Justiça climática nas políticas urbanas locais: um estudo de caso da cidade de São Vicente, São Paulo-Brasil” investiga como a justiça climática é abordada nas políticas de planejamento urbano da cidade. A pesquisa revela que, apesar de esforços recentes, as iniciativas ainda são incipientes e falham em assegurar a justiça climática, reforçando, em alguns casos, as desigualdades existentes. O estudo utiliza uma abordagem qualitativa com entrevistas e análise documental para mostrar a necessidade de maior integração das questões climáticas nas políticas locais.

“Traduções da agenda climática pelos governos brasileiros no período de 1995 a 2022” demonstra que, entre 1995 e 2022, os governos brasileiros interpretaram os Acordos Climáticos Globais de maneiras distintas, refletindo variações em contextos institucionais e discursos. O estudo revela um processo complexo de construção e desmantelamento de políticas, com influências tanto internas quanto externas.

“Desafios Climáticos e a Evolução da Bioética: Perspectivas e Práticas a Partir de um Desastre Brasileiro” propõe uma expansão da bioética para incluir a saúde planetária, argumentando que eventos como os desastres de 2024 no Rio Grande do Sul evidenciam a necessidade de políticas que antecipem crises e promovam sustentabilidade e justiça intergeracional.

“As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e a capacidade de resposta dos municípios às inundações” analisa a resposta de 418 municípios afetados pelas enchentes de maio de 2024, revelando que os menores municípios carecem de planos eficazes de prevenção e mitigação, destacando uma preparação desigual para enfrentar desastres.

“Mapeamento dos Produtores de Orgânicos e Emergência Climática no Rio Grande do Sul” localiza os produtores orgânicos e os correlaciona com os municípios em estado de emergência devido às chuvas intensas de maio de 2024, mostrando que 79,1% dos produtores estavam em áreas afetadas e enfatizando as dificuldades enfrentadas pelos agricultores orgânicos.

“Mensagens de alerta de desastre no Rio Grande do Sul: desafios e oportunidades na comunicação de risco” avalia as mensagens de alerta emitidas durante as enchentes de 2024, destacando a necessidade de maior detalhamento sobre impactos e áreas afetadas para melhorar a eficácia da comunicação e a preparação da população.

“Catástrofe político-climática e (não) participação social: o caso do Rio Grande do Sul” analisa a governança climática e a comunicação das medidas tomadas durante os primeiros 30 dias após a catástrofe de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. O estudo examinou 517 publicações legais e 836 tuítes de diferentes níveis do Executivo, revelando um maior envolvimento de atores sociais no governo federal, pouca presença de medidas de reconstrução e uma desconexão entre a legislação e a comunicação em redes sociais. O Plano Estadual foi uma exceção ao integrar ações e divulgação.

“Políticas de estado e políticas de governo: a justiça climática e as estratégias de resposta para zona costeira brasileira face à emergência climática” explora a evolução das políticas públicas brasileiras em resposta à emergência climática, com foco na justiça climática. O estudo destaca a implementação insuficiente do Plano Nacional de Adaptação (PNA) de 2016 e apresenta o Plano Clima de 2023-2024 como um avanço por incorporar a justiça climática como eixo central. Contudo, a pesquisa aponta que a efetividade dessas políticas depende de uma governança contínua e sólida, propondo que a adaptação climática seja tratada como política de estado.

Em **“Ações do Governo Federal no apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul/Brasil: uma análise das políticas públicas”**, os autores avaliam a resposta governamental às enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, que causaram danos severos à infraestrutura e saúde pública. A análise das políticas de recuperação pós-desastre destaca a efetividade relativa das medidas implementadas, com ênfase na vulnerabilidade das populações de baixa renda e nos desafios enfrentados por setores econômicos na recuperação.

O artigo **“Os impactos de eventos climáticos extremos: uma análise abrangente das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul”** oferece uma síntese das consequências das enchentes catastróficas no estado, que afetaram quase todos os municípios, resultando em centenas de mortes e deslocamentos massivos. A análise aponta danos econômicos significativos, com perdas superiores a 3 bilhões de reais, e impactos severos na saúde pública. São propostas estratégias de longo prazo, como melhorias na infraestrutura e gestão de bacias hidrográficas, para aumentar a resiliência às mudanças climáticas.

No artigo **“Desastres naturais no Rio Grande do Sul e o suporte normativo da política climática estadual”**, é analisada a vulnerabilidade regional do estado frente a desastres climáticos, como enchentes e enxurradas. A pesquisa evidencia a falta de preparo jurídico e legislativo do Rio

Grande do Sul para enfrentar mudanças climáticas futuras, mesmo com o reconhecimento da intensificação e disseminação dos desastres. Mapas e gráficos elaborados com ferramentas como QGIS e dados do IBGE suportam as conclusões sobre a necessidade de políticas mais robustas.

“Sociedade Civil e Prioridades Orçamentárias: Análise do Enfrentamento de Catástrofes Ambientais no Rio Grande do Sul” aborda o papel da sociedade civil na definição das políticas públicas e na alocação de recursos em resposta a desastres ambientais. O estudo revela uma baixa participação cívica no estado, com apenas 1,77% de engajamento médio, e destaca o desequilíbrio orçamentário que favorece setores produtivos em detrimento de questões ambientais. A pesquisa enfatiza a importância de uma governança mais inclusiva e da conscientização cidadã para melhorar a eficácia das políticas de mitigação e adaptação.

O conjunto de artigos e ensaios aqui compilados traz uma compreensão inicial dos impactos e respostas aos eventos extremos ocorridos no RS, e dos impactos existentes e esperados em áreas litorâneas (e vulneráveis) do Brasil. Esperamos que as análises, reflexões e propostas aqui reunidas sirvam como base ao debate sobre novas políticas, estratégias de adaptação e esforços colaborativos que integrem a ciência, a sociedade civil e o governo. É fundamental que as lições extraídas dos desastres, como os de 2024, se traduzam em ações concretas para prevenir, mitigar e responder de maneira eficiente a futuros desafios climáticos.

A edição especial da REDES reflete a complexidade e a urgência da questão climática, ao mesmo tempo que convida à ação contínua e informada. Convidamos a comunidade acadêmica, os formuladores de políticas e os agentes de mudança a utilizar este conhecimento como um ponto de partida para iniciativas que transcendam a mera reação aos desastres, propondo uma abordagem proativa e integrada de gestão ambiental e planejamento urbano e regional.

REFERÊNCIAS

CORREIO DA MANHÃ. As enchentes do Rio Grande do Sul: o relatório do engenheiro Hildebrando de Araújo Góis. Rio de Janeiro, 18 set. 1941, p. 5. Facsímile, Biblioteca Nacional. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pagfis=11229. Acesso em: 20 set. 2024.

MOTA, F.; BERNY, Z. e AGENDES, M. Perspectivas climáticas da agricultura até o ano 2000 no sul do Brasil sob uma provável ação do efeito estufa. Convênio EMBRAPA/UFPEL. Documentos n. 11. Pelotas: EMBRAPA-UEPAE, 1984.

SILVEIRA, A. L. L. Chuvas e vazões da grande enchente de 1941 em Porto Alegre/RS. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 35, p. 69-90, 2020.

TORRES, L. H. Águas de maio: a enchente de 1941 em Rio Grande. *Historiæ*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 239-254, 2012.

DOSSIÊ O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL: 30 ANOS DO PPGDR

Editores Dossiê: Virginia Etges/UNISC e Marco André Cadona/UNISC

É com imensa alegria que apresentamos o volume 30 da Revista REDES – Revista do Desenvolvimento Regional, número especial alusivo aos 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC. Ao longo da trajetória do Programa, a REDES vem cumprindo o importante papel de veicular e difundir conhecimentos produzidos na área do Desenvolvimento Regional, divulgando o trabalho de pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação da área e de áreas afins, retratando realidades diversas que compõem a imensa riqueza social, política, econômica, cultural e ambiental dos territórios. Além disso, busca refletir sobre o futuro do desenvolvimento regional no Brasil e reforçar a missão da Unisc de ser um polo de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão nessa área para o país.

Neste intuito, o volume 30 da REDES traz doze artigos, resultantes de pesquisas realizadas pelos docentes do PPGDR da UNISC. O primeiro artigo, de autoria de **Claudia Tirelli**, sob o título **A reprodução de desigualdades nos encontros entre burocratas e usuários de serviços públicos na periferia urbana de Santa Cruz do Sul (SCS)/RS**, apresenta uma reflexão sobre os efeitos sociais da implementação de políticas públicas, as quais podem aprofundar e reproduzir situações de desigualdade social prévias, mesmo que seus objetivos visem produzir uma maior equidade e justiça social, analisando interações cotidianas estabelecidas entre os moradores da periferia urbana e os agentes do Estado, responsáveis pela execução de várias políticas públicas em nível local.

Silvia Virgínia Coutinho Aerosa e Livia Pacheco da Cruz, autoras do artigo **Vulnerabilidades da população idosa no Brasil: desafios para uma sociedade inclusiva**, investigam as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pela população idosa no Brasil, com ênfase em como a violência, o preconceito e a exclusão impactam negativamente sua qualidade de vida, analisando a prevalência de vulnerabilidades, especialmente relacionadas ao aumento da idade, que torna essa população mais propensa a experiências de solidão e marginalização.

O artigo **Agroecologia e Decolonialidade: Reflexões Teóricas para o Desenvolvimento Regional**, de autoria de **Erica Karnopp, Alana Hüttner Wolter, Wandoir Sehn e Regis Dattein Solano**, apresenta uma reflexão sobre elementos inerentes ao pensamento agroecológico, a partir de realidades em crise, imbricadas nas questões de desenvolvimento regional e sustentabilidade, analisando a base teórica da agroecologia, com ênfase na agricultura familiar, sob a ótica decolonial, aproximando-a da denúncia da lógica que sustenta a soberania epistêmica da ciência moderna.

Na sequência, o artigo intitulado **Soluções Tecnológicas para a Agricultura Familiar: uma abordagem por meio de metodologias de educação empreendedora no Rio Grande do Sul e na Amazônia Ocidental**, apresentado por **Cidonea Machado Deponti**, tem como objetivo desenvolver metodologias de educação empreendedora com jovens rurais no Rio Grande do Sul e na Amazônia Ocidental, a fim de identificar e de implementar soluções tecnológicas para as propriedades rurais de base familiar, tendo como suporte a relação estabelecida entre Universidade, Escolas, parceiros e apoiadores, tendo como espaço empírico de atuação os municípios de Montenegro, de Santa Cruz do Sul e de Pantano Grande no Rio Grande do Sul, e os municípios de Manaus e de Manacapuru, na Amazônia Ocidental.

Com o objetivo de reconhecer que a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento requer a compreensão dos arranjos territoriais, resultantes da interação entre escalas diversas: do singular – local, com o universal – global, mediado pelo particular – regional, **Virgínia Elisabeta Etges** traz o artigo intitulado **A região como arranjo territorial particular – um contraponto às “leis gerais”**, uma perspectiva teórico- metodológica que destaca a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, como síntese de múltiplas determinações, instituídas no transcurso histórico e que se formam e se transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza.

Governança e (des)governança estatal após 30 anos de planejamento regional no Rio Grande do Sul: tinha um desastre no meio do caminho, é o artigo em que **Markus Erwin Brose** registra e contextualiza narrativas construídas durante as chuvas e a inundação de abril/maio de 2024 no Rio Grande do Sul, que enfatizaram a erosão da governança estatal. No período que sucede ao evento extremo vai sendo disseminada a insegurança quanto ao reestabelecimento da lei e da ordem, afirma o autor, destacando que incertezas e inseguranças não existem por si só, são produzidas mediante narrativas forjadas no calor dos acontecimentos que irão moldar a memória e a identidade das comunidades atingidas.

Marco André Cadoná, no artigo intitulado **Qual Reconstrução do Rio Grande do Sul? enchentes de 2024 e o projeto político de reconstrução da burguesia industrial**, apresenta uma análise do projeto político da burguesia industrial para a “reconstrução” do Rio Grande do Sul, após as enchentes que ocorreram nos meses de abril e maio de 2024. Tomando como referência empírica demandas entregues pela direção da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) a autoridades governamentais, por um lado destaca-se a capacidade de mobilização política da burguesia industrial, visando defender seus interesses de classe diante dos eventos climáticos; por outro lado, coloca-se em questão a concepção político-ideológica que orienta os posicionamentos dessa fração da burguesia gaúcha no debate sobre a crise climática e a reconstrução do Rio Grande do Sul.

Os autores **Rogério Leandro Lima da Silveira, Carolina Rezende Faccin, Luana Pavan Detoni e Paulo Jorge Riss da Silva**, no artigo intitulado **Morfologia urbana, pequenas cidades e desenvolvimento regional na Região Intermediária de Santa Cruz do Sul e Lajeado-RS-Brasil** analisam comparativamente a morfologia urbana, por meio de uma abordagem histórico-geográfica de três cidades pequenas da Região Intermediária de Santa Cruz do Sul e Lajeado: Sobradinho, Rio Pardo e Encantado. Utilizando dados do Censo Demográfico de 2010 e 2022 do IBGE, imagens de satélite do Landsat e referencial bibliográfico, examinam as especificidades históricas, geográficas e socioeconômicas dos municípios e de seus contextos regionais.

No artigo **O Regulamento das Terras Públicas e seu Povoamento, de 1922: uma legislação agrária para proteger áreas florestais**, **José Antonio Moraes do Nascimento** analisa a legislação agrária e florestal criada no início do século XX com ênfase nas implicações do direcionamento que se desencadeou na ocupação e povoamento do Alto Uruguai rio-grandense, especificamente em Santo Antônio da Palmeira (hoje Palmeira das Missões e mais de 20 outros municípios), uma das regiões em que se concentrava grande parte das terras, consideradas pelo poder público, devolutas. As densas florestas, com presença de ervais, que servia de moradia e de sustento para caboclos e indígenas, foram tomadas e surgiram vários aglomerados populacionais sem, no entanto, conseguir evitar os inúmeros conflitos entre os diferentes grupos sociais e étnicos que disputavam a terra.

Fernando Batista Bandeira da Fontoura, no artigo **Mal-estar na civilização: uma análise psicanalítica freudofrankfurtiana e do desenvolvimento regional**, analisa o desenvolvimento histórico da sociedade e os impactos das formas de organização da produção na sociedade e nas pessoas. Para tanto, descreve as principais observações de Freud (2019 – obra original de 1936) na obra *O mal-estar na civilização*, visando fazer uma atualização dessas observações com a lente crítica frankfurtiana e a visão da Ciência do Desenvolvimento Regional, através de aspectos considerados basilares.

O artigo **Rurbanidade, Mediações Culturais e Tecnologias de Comunicação: uma proposta metodológica no âmbito da Comunicação e Desenvolvimento**, de **Angela Cristina Trevisan Felippi**, tem como objetivo apresentar uma proposta metodológica para o exame de territórios que vivenciam a rurbanidade. O artigo guarda conexão com pesquisa empírica que examinou a realidade de uma região no Sul do Brasil e nela a condição da juventude escolar de escolas agropecuárias. O foco está em compreender a produção de sentidos dos sujeitos no território, considerando as mediações culturais, em especial a do espaço e a das tecnologias de comunicação, num contexto de rurbanidade.

E, para finalizar, apresentamos o artigo **Fundamentos Decoloniais nas pesquisas sobre Migrações e o Desenvolvimento Regional**, que tem como autores **Grazielle Betina Brandt, Simone Andrea Schwinn, Bruno Mendelski e Maikel Pons Giralt**, cujo propósito é investigar a incorporação de abordagens decoloniais e do Sul Global nos estudos sobre migrações, com base em teses e dissertações publicadas entre 2016 e 2024. O foco está nas produções acadêmicas que abordam migrações sob a ótica dessas perspectivas teóricas e conceituais. A análise abrange a distribuição geográfica das publicações, a autoria, os marcadores sociais, como gênero, raça e nacionalidade, e as principais categorias teóricas e conceituais utilizadas, as quais, por meio da abordagem qualitativa, permitem identificar padrões e tendências emergentes na literatura acadêmica sobre o tema no Brasil.

Boa leitura a todos!!!

Editoras da Revista Redes

Dra. Cidonea Machado Deponti e Dra. Grazielle Betina Brandt